



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA N° 06/2025

Origem: Secretaria Municipal de Saúde de Santa Luzia/MG

Destinação: Setor Manutenção de Equipamentos

1- CONDIÇÃO GERAL DA CONTRATAÇÃO

1.1 Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de câmaras frias, refrigeradores e etc., nos termos das especificações constantes na tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM 1 CÂMARAS DE VACINA			
NUMERO	EQUIPAMENTO	MARCA	MODELO
1	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
2	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
3	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
4	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
5	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
6	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
7	Câmara Refrigerada	Elber	CSv280
8	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
9	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
10	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
11	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
12	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
13	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
14	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
15	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
16	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
17	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
18	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
19	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
20	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
21	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

22	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
23	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
24	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
25	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
26	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
27	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
28	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
29	Câmara Refrigerada	Biotechno	BT1100/280
30	Câmara Refrigerada	Elber	CSv280
31	Câmara Refrigerada	Elber	CSv280
32	Câmara Refrigerada	Elber	CSv280

ITEM 2 – REFRIGERADORES COMUNS			
NÚMERO	EQUIPAMENTO	MARCA	MODELO
1.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
2.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
3.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
4.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
5.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
6.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB
7.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
8.	Refrigerador doméstico	Eletrolux	RDE30
9.	Refrigerador doméstico	Eletrolux	RDE30
10.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
11.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
12.	Refrigerador doméstico	Consul	CRC28D
13.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
14.	Refrigerador doméstico	Eletrolux	RE29
15.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
16.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB
17.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
18.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
19.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB
20.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
21.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
22.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

23.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
24.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
25.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB
26.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB
27.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
28.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
29.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
30.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
31.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
32.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
33.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB
34.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
35.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
36.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
37.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
38.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
39.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
40.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
41.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
42.	Refrigerador doméstico	Eletrolux	RDE30
43.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
44.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
45.	Refrigerador doméstico	Continental	270L
46.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
47.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB 36AB
48.	Refrigerador doméstico	Consul	CRB39AB
49.	Refrigerador Comercial	Ormebrio	
50.	Refrigerador Comercial	Ormebrio	
51.	Refrigerador Comercial	Ormebrio	
52.	Refrigerador Comercial	Ormebrio	
53.	Refrigerador doméstico	Eletrolux	
54.	Refrigerador doméstico	Consul	
55.	Refrigerador doméstico	Consul	
56.	Refrigerador doméstico	Consul	
57.	Refrigerador doméstico	Eletrolux	RDE30
58.	Refrigerador doméstico	Consul	
59.	Refrigerador doméstico	GE	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

60.	Refrigerador doméstico	Consul	
61.	Refrigerador doméstico	Consul	
62.	Refrigerador doméstico	Consul	
63.	Refrigerador doméstico	Eletrolux	R280
64.	Refrigerador doméstico	Consul	
65.	Refrigerador doméstico	Consul	
66.	Freezer	Eletrolux	H550
67.	Freezer	Fricon	VCED
68.	Refrigerador doméstico	Continental	270
69.	Refrigerador doméstico	Eletrolux	R250

ITEM 3 – REFRIGERADORES ESPECÍFICOS

NUMERO	EQUIPAMENTO	MARCA	MODELO
1	Geladeira Hemoderivados	Indrel	Refrimed

ITEM 4 – FORNECIMENTO PEÇAS

NÚMERO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR ANUAL
1	Fornecimento de peças não previstas (NÃO HAVERÁ LANCES PARA ESTE ITEM)	SERVIÇO	R\$160.000,00
2	Fornecimento de peças não previstas (NÃO HAVERÁ LANCES PARA ESTE ITEM)	SERVIÇO	R\$212.700,00
3	Fornecimento de peças não previstas (NÃO HAVERÁ LANCES PARA ESTE ITEM)	SERVIÇO	R\$5.000,00

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme disposto no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4 A duração inicial da contratação que decorre deste documento terá o prazo de 12 meses contados da publicação do Contrato a ser firmado a partir da licitação no DOM



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Diário Oficial do Município conforme ditames do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.5 O contrato/ata de preço oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A Manutenção preventiva visa detectar deficiências do equipamento, minimizando defeitos e prevenindo falhas, deverá ser realizada trimestralmente, em todos os equipamentos do **GRUPO 1** listados no relatório anexo, em cada unidade informada. Deverão também ser realizados mediante visita técnica, em horário agendado, nos locais onde se encontram instalados os aparelhos, por intermédio de técnicos especializados. A empresa contratada deverá apresentar relatórios mensais assinados pelos responsáveis pela unidade.

3.2 Os serviços de manutenção preventiva serão realizados trimestralmente.

A execução periódica dos serviços consiste em:

- Inspeção visual.
- Lubrificação.
- Limpeza geral.
- Verificação das gavetas e estruturas internas.
- Verificação do congelamento interno.
- Verificação do ventilador interno.
- Verificação das dobradiças.
- Verificação da iluminação interna.
- Verificação do sistema de segurança de queda de energia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Verificação da Bateria.
- Verificação dos rodízios.
- Verificação do compressor em modo de bateria e modo de rede.
- Verificação das condições técnicas dos equipamentos e térmicas dos ambientes, Monitoração das partes sujeitas a maiores desgastes.
- Ajustes ou substituição de componentes em períodos predeterminados.
- Recarga de gás.

3.3 Exame dos componentes antes do término de suas respectivas garantias: testar e manter as instalações elétricas dos equipamentos em bom estado de funcionamento.

3.4 Constatação e correção de falhas: reparos e substituição de peças visando manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento.

3.5 A execução periódica dos serviços deverá atender as condições deste instrumento e consiste na inspeção, lubrificação, ajustes, limpeza geral, verificação das condições técnicas dos equipamentos e térmicas dos ambientes, monitoração das partes sujeitas a maiores desgastes, ajuste ou troca de componentes em períodos predeterminados, exame dos componentes antes do término de suas respectivas garantias, testar e manter as instalações elétricas dos equipamentos, constatação e correção de falhas, reparos, substituição de peças e componentes visando manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento.

3.6 A manutenção corretiva será feita da mesma forma para todos os grupos. Os serviços de manutenção corretiva serão realizados sempre que necessário com o prazo de atendimento de 24 horas após a abertura de chamado. A execução dos serviços consiste em: Reparo para correção de defeitos, constatação e correção de falhas, reparos e substituição de peças visando manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, todas as peças e equipamentos necessários para execução do serviço deverão estar incluídos no contrato. Ao final do serviço deverá ser gerado um relatório atestando o bom funcionamento do equipamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A contratada deverá disponibilizar uma linha telefônica fixa e móvel, para atendimento às chamadas de emergência e quaisquer procedimentos necessários para manter os equipamentos em perfeito estado de conservação e funcionamento, deixando um técnico devidamente capacitado e qualificado para o pronto atendimento.

Para viabilizar a contratação de forma mais transparente e tecnicamente fundamentada, foi elaborado um **rol exemplificativo de peças e componentes** comumente utilizados nas manutenções desses equipamentos, o qual será disponibilizado em planilha anexa. Este rol visa subsidiar a estimativa de custos e orientar os licitantes quanto aos itens que poderão ser objeto de substituição durante as manutenções corretivas, sem configurar caráter limitativo.

ROL DE PEÇAS PARA O GRUPO 1

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
COMPRESSOR	20	UNIDADE
CONTROLADOR	20	UNIDADE
PLACA PRINCIPAL	20	UNIDADE
BORRACHA DE VEDAÇÃO	32	UNIDADE
EVAPORADOR/FORÇCADOR DE AR	15	UNIDADE
TRANSFORMADOR	20	UNIDADE
CARGA DE GÁS	32	UNIDADE
CONDENSADOR	25	UNIDADE
VALVULA DE EXPANSÃO	20	UNIDADE
FLUIDO REFRIGERANTE	20	UNIDADE
VENTILADORES	25	UNIDADE
PORTAS	15	UNIDADE
QUADRO ELETRICO	20	UNIDADE
TERMOSTATO	30	UNIDADE
TUBULAÇÃO	11	UNIDADE
RELÊ	25	UNIDADE
BATERIA 12V ORIGINAL	32	UNIDADE

ROL DE PEÇAS REFERENTE GRUPO 2 E 3

Descrição	QUANTIDADE	UNIDADE
COMPRESSOR	60	UNIDADE
CONTROLADOR	65	UNIDADE
PLACA PRINCIPAL	50	UNIDADE



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

BORRACHA DE VEDAÇÃO	65	UNIDADE
EVAPORADOR/FORÇADOR DE AR	45	UNIDADE
TRANSFORMADOR	55	UNIDADE
CARGA DE GÁS	70	UNIDADE
CONDENSADOR	50	UNIDADE
VALVULA DE EXPANSÃO	45	UNIDADE
FLUIDO REFRIGERANTE	70	UNIDADE
VENTILADORES	55	UNIDADE
PORTAS	25	UNIDADE
PLACAS ELETRICA	50	UNIDADE
TERMOSTATO	70	UNIDADE
TUBULAÇÃO	40	UNIDADE
RELÊ	90	UNIDADE
FILTRO	70	UNIDADE
PRATELEIRAS	20	UNIDADE
RESISTENCIA	50	UNIDADE
LAMPADAS	40	UNIDADE
SENSOR DE TEMPERATURA	50	UNIDADE

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Da Exigência de Catálogo ou Amostra

4.1.1 A empresa contratada deverá apresentar catálogo técnico ou declaração do fabricante garantindo a compatibilidade das peças de reposição utilizadas nos serviços de manutenção, de forma a assegurar o funcionamento adequado dos equipamentos médicos e a conformidade com as normas regulatórias vigentes.

No caso de manutenção de equipamentos médicos, é importante garantir que as peças e serviços estejam em conformidade com normas da ANVISA, do INMETRO e de fabricantes dos equipamentos, evitando riscos à segurança dos pacientes e usuários.

4.2 SUBCONTRATAÇÃO

4.2.1 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.

4.3 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4.3.1 Não haverá exigência de garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições da Entrega

5.1.1 As prestações de serviços acontecerão de forma parcelada divididas em 4 (quatro) vezes por ano após emissão da ordem de fornecimento.

5.1.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.3. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados nos seguintes endereços:

Nome	Endereço
Hospital Municipal Madalena Parrillo Calixto	Av. Raul Teixeira da Costa Sobrinho, 22
Unidade de Pronto Atendimento do São Benedito	Av. Senhor do Bonfim, 1052
UBS Alto São Cosme	Rua Poti, 403
UBS Baronesa	Rua Holanda, 100
UBS Bom Destino	Rua dos Coqueiros, 251
UBS Bom Jesus	Rua Francisco Jerônimo da Silva, 25
UBS Bonanza	Estrada do Bananal, 1208
UBS Caribé	Rua Pará de Minas, 2333
UBS Celso Diana	Rua Estefânia Sales Sotero, S/N
UBS Córrego das Calçadas	Rua Coronel Lima e Silva, 03
UBS Cristina	Rua Antonio de Pinho Tavares, 268
UBS Duquesa	Rua Vicente de Paula Rogério, 40
UBS Frimisa	AV. Dois , 214
UBS Industrial Americano	Rua Haiti, 123
UBS Jabaquara	Funcionando junto com a UBS Caribé
UBS Londrina	Rua Machado de Assis, 269



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UBS Luxemburgo	Rua Suíça, 79
UBS Morada do Rio	Rua Baldim, 891
UBS Nª Senhora da Graças	Avenida das Indústrias, 1665
UBS Nova Conquista	Rua João Hilário do Nascimento, 15
UBS Pinhões	Rua Manoel Félix Homem, 524
UBS Santa Rita	Av. Belo Horizonte, 185
UBS São Cosme	Rua Mangarataia, 413
UBS São Geraldo	Av. Raul Teixeira da Costa Sobrinho, 741
UBS Sesc	Av. Brasília, 3505
UBS Tia Lita	Rua Maria do Carmo Castro, 50
UBS Vale das Acácias	Avenida das Acácias 570
UBS Via Colégio	Rua Monte Calvário, 100
UBS Virgem dos Pobres	Av. Nossa Sra. da Conceição, 70
Secretaria Municipal de Saúde de Santa Luzia	AV. VIII, 50, Carreira Cumprida

5.2 Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.2. Os serviços prestados e as peças fornecidas deverão possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias, conforme estabelece o Código de Defesa do Consumidor (art. 26, inciso II), contados a partir do recebimento definitivo. Adicionalmente, o fornecedor poderá oferecer garantia superior, sem custo adicional à Administração, atendendo ao princípio da economicidade e à qualidade exigida pela Lei nº 14.133/2021. Essa garantia assegura a responsabilidade técnica e a proteção ao interesse público

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6.7.5. O fiscal técnico do contrato, comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal Nº 11.246, de 2022, Art. 21, VI).

6.12. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.12.1. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.12.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, objeto da Contratação;

6.12.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.12.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6.12.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

6.12.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;

6.12.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.12.1.8. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.12.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.12.2. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.12.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações oriundas da contratação e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

6.12.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.12.2.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.12.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

6.12.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6.12.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.12.2.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

6.12.2.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

6.12.2.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.12.2.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas durante a habilitação.

6.12.2.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do objeto da contratação;

6.12.2.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.12.2.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança;

6.12.2.14. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

6.12.2.15. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

6.12.2.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

6.12.2.17. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

6.12.2.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7- CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1 Recebimento do Objeto

7.1.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato de sua execução, mediante a emissão da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato. O aceite definitivo estará condicionado à verificação da conformidade dos serviços prestados com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e na proposta da contratada.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, comunicando a empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2 Liquidação

7.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias consecutivos para fins de liquidação, na forma desta seção, nos termos do artigo 9º, do Decreto Municipal 3.526, de 11 de Fevereiro de 2020.

7.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3 Prazo de Pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - e de correção monetária.

7.3.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.3.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.3.8. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.4 Índice de Reajuste Contratual



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7.4.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4.2. Nos reajustes subseqüentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

7.4.4. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

7.4.5. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

7.4.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.4.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão Tradicional, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

8.2 Exigências de habilitação

8.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3. Habilitação jurídica



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

8.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.6. Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.8. Sociedade cooperativa: Ata de Fundação e Estatuto Social, com a Ata da Assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10. Qualificação Econômico-Financeira

10.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

10.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

10.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

10.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverão ser atestados mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11. Qualificação Técnica

11.1 Qualificação Técnico-Operacional



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

11.1.1.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- Como condição de habilitação técnica, o Edital deverá exigir a apresentação do Alvará de Funcionamento de Empresa.

11.1.2.1 A execução dos serviços deverá ser realizada, através de técnicos habilitados e/ou especializados e com contingente suficiente ao atendimento da demanda com a utilização de ferramentas e equipamentos apropriados, de acordo com as recomendações do fabricante, de modo a garantir a conservação da vida útil dos equipamentos e o seu perfeito funcionamento.

11.1.2.2 Os técnicos deverão possuir experiência como Técnica em Refrigeração comprovada mediante apresentação da carteira profissional de trabalho ou outro documento equivalente.

11.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

11.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.1.5 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

11.1.5.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no Artigo 4º, inciso XI, Artigo 21, inciso I e Artigo 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

11.1.5.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

11.1.5.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

11.1.5.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

11.1.5.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

11.1.5.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembléia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia;
- d) editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembléias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

11.1.5.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

12 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

MANUT .E FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

02.033.004.10.305.2001.2177 valor total = R\$ 297.638,88

3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FONTE: 1621 FICHA: 1200

32 equipamentos do **Item 1** (valor unitário R\$ 9.085,92 / valor total R\$ 290.749,44) item 4 R\$4160.000,00

4 equipamentos do **Item 2** (Valor unitário R\$ 1.722,36 / valor total R\$ 6.889,44) e **Item 4** R\$12.330,43

MANUT. AMPL.E FORT. ATENÇÃO PRIM. SUS

02.033.003.10.301.2049.2162 valor total = R\$ 82.673,28

3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FONTE: 1621 FICHA: 1107

48 equipamentos do **Item 2** (Valor unitário R\$ 1.722,36 / valor total R\$ 82.673,28) e **Item 4** **147.964,80**

MANUT. DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO SÃO BENEDITO

02.033.005.10.302.2051.2165 valor total = R\$ 26.713,62

3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FONTE: 1621 FICHA: 1332

10 equipamentos do **item 2** (Valor unitário R\$ 1.722,36 / valor total R\$ 17.223,60) e **Item 4** R\$ 30.826,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1 equipamento do **Item 3** (Valor unitário R\$ 9.490,02 / valor total R\$ 9.490,02) e **item 4**
R\$5.000,00

MANUT. E FORTAL. VIG. AMB. EM SAUDE E CONT. ZOONOSSES

02.033.004.10.305.2001.2178

3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FONTE: 1621 FICHA: 1221

4 equipamentos do **Item 2** (Valor unitário R\$ 1.722,36 / valor total R\$6.889,44) item 4
R\$12.330,04

MANUT. DO HOSPITAL MUNICIPAL

02.033.005.10.302.2051.2166

3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídicas

FONTE: 1500 FICHA: 1358

3 equipamentos do **Item 2** (Valor unitário R\$ 1.722,36 / valor total R\$5.167,08) e **Item 4**
R\$9.247,80

13.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Santa Luzia/MG, 07 de agosto de 2025.

Rodrigo Inácio Alves Gazeto
Secretário Municipal de Saúde
Matrícula: 38.753